Os paradoxos da vida privada na sociedade colonial

História da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa.

MELLO E SOUZA, Laura de (org.).

São Paulo: Companhia das Letras, 1997, 523 p.

Baseada no êxito editorial, e no sucesso de crítica e de público, da coleção francesa dirigida por Philippe Ariès e Georges Duby, a *História da Vida Privada no Brasil* em quatro volumes, sob a direção de Fernando Novais, corresponde ao trabalho conjunto de historiadores brasileiros, cuja excelência das pesquisas e dos trabalhos já publicados, além da importância de suas vivências no nosso mundo intelectual e acadêmico, são os melhores indicadores do porte e da qualidade desta obra. Filiada à corrente historiográfica que ficou conhecida como Nova História, e que abriu aos estudos históricos novos problemas, novos objetos e novas abordagens, a importância deste projeto - e onde reside o seu maior interesse - é justamente a de aliar, através da eleição da vida privada enquanto objeto de análise, uma reflexão sobre os caminhos e as contribuições da historiografia contemporânea à discussão da especificidade do processo histórico da formação da sociedade brasileira.

É nesse sentido que o primeiro volume organizado por Laura de Mello e Souza - *Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa* - tem como preocupação reconstituir as manifestações da intimidade na Colônia portuguesa, procurando articulá-las com as estruturas mais gerais da colonização, e, ao mesmo tempo, explicitar as peculiaridades desse processo. Tarefa nada fácil, como admitem os organizadores, lúcidos quanto aos problemas que a utilização do conceito de privado impõe tanto em termos teóricos, quanto no que diz respeito a sua generalização para sociedades e tempos muito remotos. Não obstante, seus autores desafiaram os riscos e as dificuldades, apresentando-nos não apenas o produto de uma reflexão sobre as condições concretas de vivência da privacidade na Colônia, mas igualmente rediscutindo as indefinições e as tênues fronteiras entre os espaços público e privado, suas ambigüidades, suas interpenetrações, seu jogo de inversões numa sociedade que, além de colonial, era igualmente escravista. Um grande desafio mais do que superado por pesquisas e interpretações inovadoras, pela análise de documentos inéditos, por uma cuidadosa e atraente reconstituição iconográfica e pela composição de um livro que, se não esgota o tema - por si só infindável -, abre novas perspectivas de estudo e traz à luz um sem número de questões a serem debatidas, marcando definitivamente a historiografia brasileira.

Em suma, o maior mérito deste trabalho coletivo foi, entre tantos outros, a capacidade de historicizar um conceito já por si só problemático, ou, como diria Paul Veyne, a capacidade de cumprir a mais cara tarefa da História: "conceituar, a fim de delimitar a originalidade das coisas". Como afirma Fernando Novais no capítulo introdutório, Condições de Privacidade na Colônia, trata-se de um objeto plural, na medida em que o próprio viver em colônias carecia de uma unidade, tanto em termos territoriais, quanto no nível das mentalidades. A isso vinha se somar a estrutura estamental da mesma sociedade, calcada nos moldes hierárquicos do Antigo Regime, acrescida pela intransponível clivagem que separava, em pólos antagônicos e irreconciliáveis, senhores e escravos. Nesse sentido, a imensidão do território, a variedade de formas de povoamento, as distintas e sempre mutáveis maneiras de convívio nas distantes regiões da América portuguesa criaram uma rica diversidade para a sociabilidade dos colonos. Diversidade, mobilidade, dispersão, instabilidade são, portanto, conceitos privilegiados que lançam luz à formação da sociedade colonial e à experiência cotidiana de seus personagens, produzindo uma angustiante sensação de **descontigüidade**, não só em relação às demais partes da Colônia, mas sobretudo no que diz respeito aos modos de vida na Metrópole.

Ao citar Frei Vicente do Salvador, para quem "nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa", Novais nos remete à profunda ambigüidade, no mundo colonial, dos domínios do públi-

co e do privado. Ambigüidade que diz respeito não apenas a uma indefinição de fronteiras, mas sobretudo a uma indefinição da vivência de ambos os espaços. Esta indefinição, este jogo de inversões, mas também de interpenetrações e de profundas articulações serão os objetos privilegiados de análise dos estudos que compõem este volume.

O segundo capítulo, Formas Provisórias de Existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações, de Laura de Mello e Souza, adentra os longínquos sertões da América portuguesa distantes da costa e da influência européia, prescrutando "privacidades insólitas e improvisadas" por aqueles que estenderam as fronteiras da colônia, caçando índios, procurando pedras e metais preciosos, defendendo o território dos vizinhos hispânicos, lutando com tribos hostis. A autora, em estudo absolutamente original e inovador, traça um verdadeiro perfil deste mundo em movimento, "onde os homens inventavam arranjos familiares e relações interpessoais ao sabor de circunstâncias e contingências", quase sempre adversas e refratárias à vivência do privado nos moldes da civilização européia: "vivências que, no limite, inviabilizavam a intimidade, ou levavam a um isolamento tal que a própria vida ficava ameaçada". Nos pousos de expedições sertanejas, nos acampamentos de fronteira, nas fortalezas remotas dos confins do território submetido ao rei de Portugal, Laura persegue as estratégias de sobrevivência dos colonos, seus medos, doenças, lazer e morte, descobrindo as formas insólitas com que aqueles homens e mulheres tentaram "recriar a domesticidade e organizar, mesmo de forma provisória, hábitos reguladores do cotidiano".

O terceiro capítulo, Famílias e Vida Doméstica, de Leila Mezan Algranti, contempla o âmbito das casas, espaço privilegiado de vivência da intimidade. Descortina as diferentes formas de organização das famílias na sociedade colonial, enfatizando a multiplicidade e as especificidades de suas funções de acordo com as características regionais da colonização e a estratificação social dos indivíduos. A autora realiza uma belíssima análise da cultura material dos domicílios coloniais, discutindo sua arquitetura, sua divisão espacial interna, recuperando o equipamento doméstico dos colonos, os objetos de uso caseiro e pessoal, discorrendo sobre seus hábitos cotidianos, suas refeições, seus rituais de higiene, cuidados com os doentes etc.. Palco das atividades cotidianas de senhores, agregados e escravos, as casas coloniais traduziam na sua arquitetura e na sua dinâmica interna uma função muito mais ampla e diversificada. Mesclavam convivência familiar e produção, lazer e trabalho, o que leva Leila a concluir que "a distinção clássica entre público e privado não se aplica à vida colonial(...), pois o privado assume conotações distintas daquelas adequadas à nossa sociedade atual".

O quarto capítulo, Cotidiano e Vivência Religiosa: entre a capela e o calundu, de autoria de Luiz Mott, tece uma aguta interpretação das manifestações religiosas na Colônia. Insiste na "proeminência da religiosidade privada entre nossos antepassados", relacionando-a à "inexistência, rarefação ou grandes dificuldades da cristalização de uma religiosidade pública e eclesial", devido às grandes distâncias do território, à insignificância da vida urbana, ao reduzido número de ministros, de templos e da própria comunidade cristã. Não obstante, demonstra com maestria como os ritos religiosos e sincréticos da sociedade colonial se constituíram em um "contrapeso socializador significativo para compensar a dispersão espacial e isolamento social dos colonos". Revela como muitos atos e ritos potencializados pela fértil e sincrética imaginação popular, ao misturar práticas pias e heterodoxas, foram condenados pela Igreja como sacrílegos, e identificados à idolatria. Afinal, sagrado e profano não possuíam limites claros na Colônia, matizados pelo encontro de culturas e crenças européias, indígenas e africanas. Se o espaço privado e secreto das casas era utilizado para o desvio da ortodoxia cristã, onde devoções pessoais e práticas supersticiosas eram ritualizadas, nos matos e florestas, na calada da noite, longe das cidades, das fazendas e dos olhares de clérigos e senhores brancos, cultos e rituais africanos tiveram lugar. Segundo o autor, "tais práticas heterodoxas remetem-nos a dois aspectos peculiares do mundo colonial (...): de um lado, a tênue fronteira entre a piedade lícita e a condenada pela hierarquia, do outro, a indiferença, para não dizer comprometimento, do clero luso-brasileiro *vis-à-vis* tais práticas supersticiosas".

Ronaldo Vainfas, autor do quinto capítulo, Moralidades Brasílicas, prescruta as formas que assumiram os mores e as práticas sexuais na Colônia, utilizando fontes documentais produzidas pela justiça eclesiástica e inquisitorial. Como bem lembra o autor, se hoje o sexo é algo que diz respeito ao indivíduo e ao foro íntimo, nos tempos coloniais a Igreja considerava a sexualidade matéria de sua alçada. Por outro lado, no campo das moralidades populares, Deus e o Diabo,

cópulas e orações, sagrado e profano andavam juntos, conferindo "às relações sexuais, ao menos em parte, o aspecto de um rito religioso". Ao mesmo tempo temático e metodológico, o capítulo de Vainfas nos reconduz à análise do processo de "aculturação de mão dupla" deflagrado pela colonização portuguesa na América, que se baseou em uma "sexualidade pluriétnica". Debruça-se sobre o padrão concubinário das relações sexuais e amorosas dos colonos, remetendo-se ao seu íntimo parentesco com a escravidão, quer indígena, quer africana. Embora defenda a grande difusão do matrimônio cristão, inclusive entre a população escrava, afirma: "sexo pluriétnico, escravidão, concubinato, eis um tripé fundamental das relações sexuais na Colônia".

De forma sumamente instigante, retoma os argumentos já citados nos demais estudos mencionados: a inexistência de espaços próprios para o desenvolvimento de uma sociabilidade privada, a falta de privacidade dos domicílios marcados pela convivência de uma família extensa, abertos aos olhares indiscretos dos vizinhos, locais simultaneamente de morar e produzir. A ausência de privacidade no viver da sociedade colonial levou à "inespecificidade e extrema visibilidade dos espaços eróticos". As casas - sempre devassadas - estavam longe de ser o espaço privilegiado para as relações sexuais, sobretudo as ilícitas. Daí o grande paradoxo quanto aos "lugares do prazer" nas terras brasílicas: "um espaço, por assim dizer, público, como era o mato ou a beira do rio, poderia ser mais apto à privacidade exigida por intimidades secretas do que as próprias casas de parede-meia ou cheias de frestas". Portanto, na Colônia, o público cedia lugar ao privado, ou "o uso da sexualidade andava longe da privacidade e podia divorciar-se, ainda mais, da domesticidade".

Mary del Priore inicia o sexto capítulo da coleção, Ritos da Vida Privada, analisando o **borrador** - "espécie de rascunho em que registrava (...) cartas pessoais e anotações financeiras" - de um decadente senhor de engenho baiano, documento do qual transparece uma consciência marcada pela vivência da família extensa, pela lógica da linhagem, pelo imperativo das alianças e pelo primado dos interesses. Da escrita do fazendeiro, em meio a uma ou outra referência à vida íntima, sobressaíam suas estratégias de *status*, seu jogo de aparências, seu desejo de nobilitação, de prestígio público, sentimentos afinados aos valores do Antigo Regime. Porém, naquelas sociedades pouco permeáveis às questões da vida íntima, lunários ou prognósticos encontraram grande circulação, como demonstra o existente no mesmo borrador. Utilizados como marcadores do tempo, serviam como ordenamento da vida cotidiana que se desenrolava na esfera do lar: continham conselhos sobre a conservação da casa e dos mantimentos, sobre a forma de tratamento das doenças, sobre os cuidados com a higiene etc.. Através de sua análise a autora desvenda não só os pequenos rituais do cotidiano, mas igualmente os grandes ritos da existência, como o nascimento, o batismo, o casamento e a morte, ritos que, marcados pela religião, dividiam-se em etapas cumpridas no mais íntimo do espaço doméstico e, portanto, privado.

O sétimo capítulo, O Que se Fala e o Que se Lê: língua, instrução e leitura, de autoria de Luiz Carlos Villalta, nos remete ao espaço multilingüístico da América portuguesa. Defendendo o predomínio das "línguas gerais" em algumas regiões, afirma ter sido principalmente no âmbito do privado que conheceram sua difusão e perpetuação, devido à presença de mulheres índias. O português, quando existente, prevalecia no espaço público: "era aprendido por aqueles poucos que freqüentavam a escola dos padres, utilizado nos documentos escritos e cerimônias, possuindo, assim, um caráter mais propriamente oficial do que público". Somavam-se a esta "miscigenação lingüística", o latim, língua culta por excelência, presente nos colégios e nos livros que compunham as bibliotecas privadas dos letrados coloniais; e os vários dialetos africanos, atualizados nos quilombos, nos batuques e nos calundus. Villalta chama a atenção para os diferentes significados da educação/instrução na sociedade colonial, altamente estratificada e hierarquizada, o que conferiu ao ensino escolar, monopolizado pelo Estado e pela Igreja, um caráter elitista e ornamental, "voltado para a perpetuação de uma ordem patriarcal, estamental e colonial". Obviamente dele foram excluídos os homens pobres, os pardos e os negros escravos - e também as mulheres. Sobre livros, bibliotecas e saberes, demonstra que eram, do ponto de vista do poder metropolitano, "fonte de inquietação, de questionamento e, no limite, de ruptura dos laços coloniais". Era nas casas, principalmente as urbanas, que se reunia a "boêmia literária" da Colônia, que já em fins do século XVIII lia e discutia em voz alta os autores proibidos. E conclui: "Engastando-se na oralidade originalmente privada, a boêmia literário-política, assim, insinuou-se sobre as ruas, açodando o público e,

talvez por isso, pondo a perder os vagos planos de rebelião".

O último e oitavo capítulo da coletânea, A Sedução da Liberdade, escrito de forma absolutamente sedutora por István Jancsó, refere-se aos planos de revolta ou sedições que pontuaram as últimas décadas do sistema colonial em Minas Gerais, Rio de Janeiro, e Bahia. Através destes movimentos o autor discute a politização da vida privada. Por meio dos conceitos de conspiração e transgressão, afirma que "na trajetória de cada um dos eventos em que isso se manifesta, as dimensões privadas e públicas da vida social se articulavam de maneira diversa das convencionais, uma vez que, confinados no restrito espaço da vida privada, os coloniais revelam, nas sedições, sua disposição de franquear os limites do que era tido por público, negando o sistema que os excluía". Analisando cada caso particular, deslinda nas diferentes regiões, segundo os grupos de homens que protagonizaram as revoltas, diferenciados pela riqueza, hábitos e projetos, a dialética assumida pelo público e pelo privado. Se em Minas Gerais os espaços privilegiados para as conspirações foram as casas - que possuíam condições de assegurar a privacidade - e no Rio de Janeiro as sociedades literárias, em Salvador, pela distinta condição dos homens que as protagonizaram - pobres e pardos - "o espaço da privacidade estava principalmente nas ruas e locais ermos da cidade". Demonstra como a percepção da dependência colonial limitava os projetos pessoais daqueles indivíduos, fazendo muitas vezes com que a ruptura da subordinação política tivesse desdobramentos na vida privada. Em suma, através de uma interessantíssima análise, István Jancsó nos conta como as diferentes relações entre os planos de sedições e os projetos individuais de seus personagens podem lançar luzes à íntima natureza do "viver em colônias".

Nesse sentido, sem dúvida que os estudos contidos no primeiro volume da *História da Vida Privada* desvendaram muitos dos aspectos da íntima natureza dos colonos. Se não podemos detectar naquela época, como nos dias de hoje, o contraste claramente estabelecido entre o público e o privado, isto se deve ao fato de estes dois domínios não estarem ainda total e distintamente "territorializados". E sobre isso nos falam os diferentes capítulos desta obra pioneira no tema escolhido e nos assuntos priorizados para discuti-lo, obra inovadora ao fecundar a historiografia sobre o período colonial com novos problemas, novos objetos e novas abordagens.

Creio, no entanto, que faltou um capítulo específico sobre a mulher, ou mesmo a infância, objetos de outros trabalhos de autores da coletânea. Embora as mulheres sejam mencionadas em quase todos os capítulos, elas aparecem pouco, e quase sempre como coadjuvantes: mulheres da elite, voltadas para o casamento e responsáveis pela organização doméstica, muitas delas, viúvas ou casadas, na ausência dos maridos, assumiam a direção dos negócios e fazendas; mulheres dos segmentos inferiores da população que, não raro, eram chefes de domicílio; mulheres acusadas de práticas homoeróticas, tão mal compreendidas pelos inquisidores; ou fadadas a aprender exclusivamente a coser, a lavar, a fazer rendas, e todos os misteres "femininos". Não obstante Leila Algranti adianta que "no espaço do domicílio, e no que toca aos costumes domésticos, a figura feminina ganhou destaque, embora seja inegável que sua importância e influência na colonização não ficaram restritas à esfera doméstica, pois até nas bandeiras elas estiveram presentes, compartilhando com os homens inúmeras aventuras e o trabalho do dia-a-dia". Certamente, além de todos os outros méritos que fazem deste livro uma obra indispensável não apenas para a compreensão da sociedade colonial, mas sobretudo por alinhar a historiografia brasileira a novos caminhos metodológicos e interpretativos, sua importância consiste em abrir a possibilidade de inclusão de outros tantos temas e personagens, como a infância ou as mulheres, enquanto protagonistas das incursões dos historiadores - e leitores - no domínio da vida privada. Afinal, como diria Georges Duby, "il faudrait toutefois ne pas oublier parmi tous ces hommes qui seuls, vociférant, claimaient ce qu'ils avaient fait ou ce qu'ils rêvaient de faire, les femmes. On ne parle beaucoup. Que sait-on d'elles?" (*Le Chevalier, La Femme et Le Prête*, Paris, Hachette, 1981).

MARIA FERNANDA BICALHO ■